



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**



ELISÂNGELA MOTA PIRES

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: CARACTERÍSTICAS ATRAVÉS DA
VISIBILIDADE**

**RIO GRANDE
2011**

ELISÂNGELA MOTA PIRES

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: CARACTERÍSTICAS ATRAVÉS DA
VISIBILIDADE**

Trabalho de conclusão de curso submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia na Universidade Federal do Rio Grande.

Profa. orientadora: Dra. Angélica Conceição Dias Miranda

RIO GRANDE
2011

Ficha catalográfica elaborada por Elisangela Mota Pires do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande.

P667r Pires, Elisangela Mota
Repositórios institucionais: características através da
visibilidade [Trabalho de conclusão de curso] / Elisangela
Mota Pires ; orientadora, Angélica Conceição Dias Miranda. –
Rio Grande, 2011.
25 p. : il., graf.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências
Humanas e da Informação. Curso de Biblioteconomia.

1. Comunicação científica. 2. Acesso aberto. 3. Repositórios
institucionais. 4. Visibilidade científica. I. Miranda, Angélica
Conceição Dias. II. Universidade Federal do Rio Grande,
Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Curso de
Biblioteconomia. III. Título.

CDU:025.5

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
Curso de Biblioteconomia**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELISÂNGELA MOTA PIRES

Repositórios Institucionais: características através da visibilidade

Trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, orientado pela Profa. Angélica Conceição Dias Miranda, aprovado em 21 de outubro de 2011.

Banca examinadora

Angélica Conceição Dias Miranda – ICHI/FURG

Augiza Karla Boso - IFSC

Hélio Kuramoto - IBICT

Rodrigo de Aquino Carvalho – ICHI/FURG

Repositórios Institucionais: características através da visibilidade¹

Elisângela Mota Pires

Resumo

O presente trabalho identifica as características dos Repositórios Institucionais (RIs), contemplados pelo edital chamada FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009, através da visibilidade dada à ferramenta por seus gestores, dentro e fora da instituição, especificamente. O método científico empregado nesta pesquisa consistiu na aplicação de um questionário *on-line* aos gestores dos RIs, analisando diversos aspectos a respeito da visibilidade do sistema. Quanto às suas classificações, é uma pesquisa de natureza básica. Quanto à abordagem do problema é uma pesquisa quanti-qualitativa, considerando-se do ponto de vista dos objetivos e procedimentos técnicos trata-se de levantamento descritivo. Dos resultados obtidos, verificou-se que os RIs analisados caminham em direção à visibilidade. Entretanto, os fatores que influenciam na evidência e exposição da ferramenta, o registro em diretórios e coletores de dados, não são efetivos. A inexistência ou falta de aplicação das políticas de informação nas instituições é apontada como um dos principais fatores para a invisibilidade da ferramenta.

Palavras-chave: Comunicação Científica. Acesso aberto. Repositórios Institucionais. Visibilidade científica.

1 Introdução

A comunicação científica passou por diversas contestações, a crise instaurada pelo acesso restrito e demasiadamente caro às publicações impressas científicas, fez com que toda uma estrutura entrasse em xeque (KURAMOTO, 2006; MUELLER, 2006). O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) favoreceu esse processo e apontou a Internet como a saída para a crise instaurada.

O *Open Access* (OA) foi a solução encontrada pelos diversos movimentos em torno de uma nova comunicação científica, mais colaborativa, de maior acesso e reprodutiva. Houveram questionamentos dos pesquisadores sobre a validade e qualidade das produções, dessa forma, mantêm-se ainda e não foi apontada solução melhor para os arquivos em acesso aberto, como a avaliação pelos pares, a validação do conhecimento produzido.

A utilização dos repositórios institucionais, como forma de ampliar a visibilidade, salvaguardar a produção e disseminar o conhecimento é apontada pelos principais estudiosos na área, atualmente, como a principal solução para o acesso aberto. A visibilidade científica

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, orientado pelo (a) Profa. Angélica Conceição Dias Miranda, em outubro de 2011.

apontada como o grande triunfo do modelo OA, é caracterizada segundo Mueller (2004 *apud* ZIMBA; MUELLER, 2004, p. 49) como

[...] o grau de exposição e evidência de um pesquisador frente a comunidade científica. Uma posição de visibilidade alta é aquela na qual os trabalhos e idéias do pesquisador são facilmente acessíveis. Sendo acessíveis, poderão ser recuperados, lidos e citados.

Assim, muitas são as instituições adotando o uso dessas ferramentas, e são notáveis os valores quanto à ampliação da visibilidade e qualidade dos trabalhos atualmente publicados neste sistema.

No Brasil, têm-se iniciativas em prol deste movimento científico e o edital chamada FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009, lançado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) favoreceu o desenvolvimento de algumas medidas diante desse movimento. Este edital objetivava

apoiar projetos de implantação de repositórios institucionais (RI) nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa e sua integração ao Portal Oásis.Br, com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção científica destas instituições e proporcionar maior visibilidade à sua produção científica. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2009)

Desta forma, 33 instituições de ensino e pesquisa foram contempladas com o kit tecnológico (*hardware e softwares*) para a implementação das ferramentas OA.

A partir destas informações, pretende-se caracterizar os repositórios institucionais contemplados pelo referido edital, sob o enfoque da visibilidade. Especificamente as atividades desenvolvidas pelos gestores em prol da visibilidade do repositório institucional dentro e fora da instituição.

2 Referencial teórico

Para sustentação teórica da presente proposta, serão abordadas definições a respeito da comunicação científica, o acesso aberto, os repositórios institucionais e a visibilidade científica.

2.1 Comunicação Científica

Desde o princípio da ciência, dos primeiros pesquisadores e suas inquietações, procuram-se formas de compartilhar e de se ter acesso aos resultados das pesquisas realizadas.

Este argumento é baseado em Meadows (1999, p. vii), quando este considera a importância do fato de comunicar para a ciência.

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. (idem)

Segundo Drucker (*apud* SILVA, 2010, p. 22), a informação passou por revoluções até a atual condição, conforme foi declarado:

[...] primeiramente, pela invenção da escrita; a segunda revolução veio com a invenção do livro escrito; com a invenção da prensa de Gutenberg, na metade do século XV, veio a terceira revolução da informação. O quarto período, segundo o autor, trouxe a massificação e a disseminação da informação e está centrado no “I” da informação.

De tal modo, o método mais tradicional, difundido, aceito e utilizado até hoje para fazer a comunicação rápida das inquietudes e suas respostas pelos cientistas, são os periódicos científicos. Fachin e Hilleshein (2006, p. 15) salientam que estes são:

[...] elementos importantes e fundamentais na disseminação e evolução da ciência e tecnologia de um país. [...] São os suportes mais utilizados para recuperar e manter-se atualizado na informação científica. [...] Principalmente, porque o progresso da ciência é tão rápido que só pela edição de livros não se consegue acompanhar seu andamento, daí a importância dos periódicos científicos, com sua edição periódica: mensal, trimestral, semestral, entre outros.

O processo da comunicação científica no âmbito dos periódicos, até então mantido tradicionalmente pelos grandes editores e periódicos de renome, na sua grande maioria de acesso restrito, publicação impressa e de pouca visibilidade ao conhecimento produzido, era um método aceito por grande parte dos pesquisadores tendo em vista o prestígio e notoriedade obtidos através deste processo limitado, mas, garboso às agências financiadoras de novas pesquisas e suas instituições de origem. Meadows (1999, p. 206), afirma que qualquer mudança requer aceitação por parte da maioria da comunidade científica envolvida:

[...] a posição das publicações eletrônicas ainda não se encontra totalmente consolidada. Algumas universidades ainda não aceitam que as publicações eletrônicas sejam equivalentes às impressas em papel no que concerne a certas finalidades como, por exemplo, na decisão quanto à promoção de um docente.

Neste contexto, existem interesses da comunidade científica em jogo, assim neste princípio algumas condições se apresentam como indiscutíveis, entre elas:

[...] há interesses financeiros das editoras que dominam o mercado de periódicos, há os interesses das instituições de pesquisa e universidades que lutam por prestígio e financiamento, há interesses nacionais, políticos e econômicos que buscam o desenvolvimento e prestígio nacional e há o interesse pessoal dos pesquisadores. (MUELLER, 2006, p. 31)

A esfera pública, nesta metodologia tradicional, financia pesquisadores, entidades de ensino e pesquisa. Estes produzem e submetem às revistas de renome, para sua provável publicação após inúmeros meses de espera através do moroso processo.

Para os pesquisadores que não fizessem parte dos principais grupos de pesquisa, era um processo desfavorável, as maiorias financiadas por pequenos insumos de instituições públicas pagavam aos editores para publicar, deixavam de usufruir os direitos autorais sobre suas pesquisas, restringindo seu acesso, acarretando menor visibilidade de sua produção.

O ônus desta menor visibilidade incidia diretamente sobre estes que não recebiam tantos insumos para pesquisa, quando necessitavam de alguma publicação de acesso restrito, suas instituições pagavam ou tentavam pagar por essas assinaturas de valores exorbitantes, travancando o processo de produção e comunicação científica. Confirmando esta ideia, Lawrence² (2001 *apud* MORENO; MARDERO ARELLANO, 2005, p. 83) cita que “várias pesquisas mostram que a publicação em periódicos pagos limita a divulgação do conhecimento a um número restrito de especialistas que podem arcar com os custos de acesso”. Corroborando com esta situação, Kuramoto (2006, p. 92) diz que se trata de uma situação paradoxal, pois o estado financia e precisa pagar para poder ter acesso à estas informações.

Sob esta perspectiva, por volta de 1980, tem início a intitulada “Crise dos Periódicos”, nos Estados Unidos. As instituições de ensino e pesquisa americanas começam a sentir os efeitos dos altos custos de manutenção dessas assinaturas, embora em outros países essa insatisfação já fosse uma constante, as bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas (MUELLER, 2006, p. 31). Só a partir de então começam os movimentos em prol de iniciativas que diminuíssem estes custos (GOMES; ROSA 2010; KURAMOTO, 2006; MUELLER, 2006).

A partir de então, os pesquisadores propuseram um novo modelo de comunicação científica, amplo, colaborativo e de maior alcance.

2.2 Acesso aberto

Como resposta a esta crise, surge o movimento pelo Acesso Aberto (*Open Access*), “que implica na disponibilização na internet da literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada” (GOMES; ROSA, 2010, p. 22).

² LAWRENCE, S. Free online availability substantially increases a paper's impact. *Nature*, v. 411, n. 6837, p. 521, 2001. Disponível em: < <http://migre.me/5OQrt> >. Acesso em: 02 jun. 2011.

Este sistema é favorecido pelo desenvolvimento das TICs que “paralelamente [à crise] as tecnologias foram se desenvolvendo e se aprimorando constituindo uma nova forma de lidar com a informação e sua disseminação”. (idem, p. 22).

O Movimento em favor da livre informação científica é baseado nas discussões sobre a forma como o conhecimento gerado no mundo até então estava distribuído em meados dos anos 80. O conhecimento até então gerado concentrava-se principalmente no Hemisfério Norte, tal fato acarretava o agravamento das desigualdades no mundo. Segundo Kuramoto (2006, p. 93), este movimento não era baseado somente no discurso das desigualdades, mas com suporte das TICs, a utilização do modelo *Open Archives* (OA), o qual estabelece um conjunto de padrões para a interoperabilidade, favorece a ampla disseminação do conhecimento produzido e sua replicação pelos pesquisadores com acesso às informações.

As principais iniciativas em prol deste movimento oferecem subsídio à discussão sobre o acesso aberto, são definidos diversos aspectos importantes à compreensão do tema através das reuniões realizadas a fim de discutir estas. Assim seguem as principais iniciativas:

<p>BOAI (<i>Budapest Open Access Initiative</i>, 2002): “movimento que definiu duas estratégias básicas no uso do protocolo <i>Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting</i> (OAI-PMH)”.</p>	<p>Auto-arquivamento (via verde, definição do termo por Harnad et al., 2001): depósito compulsório da produção acadêmico-científica em repositórios institucionais.</p>
	<p>Periódicos eletrônicos de acesso aberto (via dourada, idem): Publicação formal em periódicos eletrônicos de acesso aberto.</p>

Quadro 01 – Definições estabelecidas através do *Budapest Open Access Initiative* (2003).
Fonte: Costa (2006, p. 41, grifos da autora).

Continuando com os manifestos, a Reunião de Bethesda (2003) definiu o termo de publicação *Open Access*, promovendo a discussão junto à sociedade científica sobre o tema. A definição adotada é aquela em que a publicação obedece aos seguintes preceitos:

O autor e detentor de direitos autorais concedem a todos os usuários um livre, irrevogável e perpétua, direito de acesso e licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da permissão como indicado acima, será depositada imediatamente após a publicação inicial em pelo menos um repositório on-line de instituições acadêmicas, sociedade científicas, agência governamental ou outras organizações que pretendam promover o acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento de longo prazo (BETHESDA, 2003 *apud* SILVA, 2010, p. 26)

Costa (2006, p. 43) apresenta ainda a Declaração de Berlim (2003), visando promover a Internet como o “instrumento funcional para uma base global de conhecimento científico e reflexão humana”.

Deste modo, com as definições do modelo *Open Access*, suas vias e a forma como este sistema funcionará, no Brasil algumas iniciativas são tomadas.

O acesso aberto no país se apresentou inicialmente com o Manifesto Brasileiro do Acesso Aberto (2005), através do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a Declaração de Salvador (2005), a Declaração de Florianópolis (2005) e a Carta de São Paulo, também em 2005. E em 2006, para ratificar todas estas iniciativas, durante a 58ª. Reunião anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi elaborada a “Carta aberta à SBPC”, conforme Costa (2006, p. 44), “o documento orienta sociedades científicas a que se posicionem nesse sentido e requer das instituições brasileiras que envidem esforços no sentido de implementar as iniciativas no país”.

Em 2007, o então Dep. Federal Rodrigo Rollemberg propôs a PL 1120/2007, que “[obrigava] as instituições públicas de ensino superior a construir os repositórios institucionais para depósito do inteiro teor da produção técnico-científica do corpo discente e docente”, esta emenda foi arquivada na mesa diretora da Câmara dos Deputados. Novamente o mesmo, em 2011, atuando no Senado Federal, propôs a PLS 387/2011, que “dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências”. O PLS atualmente encontra-se em tramitação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Esta medida é apoiada por diversos segmentos da sociedade, como a forma para ampliar o acesso à produção científica brasileira.

O novo modelo de comunicação científica, *Open Access*, mais livre e passível de contribuições encontra amarras culturais que impedem um maior avanço destas iniciativas.

Existem esforços dos pesquisadores na área para mudar o paradigma da comunicação científica, muitos são os estudos sobre os impactos gerados a partir da utilização destes tipos de arquivos, OA, tais como o aumento considerável do número de acessos, visibilidade da produção, número de citações e maiores possibilidades de contribuições, o *feed-back* da produção.

Kuramoto (2008, p. 870), defensor do OA no Brasil apresenta as propostas do movimento do acesso aberto, afirmando que

não é a criação de um novo modelo para a comunicação científica e sim, pura e simplesmente um modelo de sustentabilidade da pesquisa científica. Trata-se de um

modelo que proporcionará aos pesquisadores o acesso livre à literatura científica, principal insumo para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Decorre não só destes fatos a importância do movimento OA, mas justifica, revelando as vantagens do acesso aberto, entre as quais podemos citar:

- a) Maximização da visibilidade das pesquisas científicas;
- b) Internacionalização da informação científica produzida localmente;
- c) Maior compartilhamento do conhecimento científico;
- d) Redução da exclusão cognitiva;
- e) Redução das desigualdades sociais (KURAMOTO, 2008, p. 871).

Em conformidade, Alberts (2002, *apud* COSTA; LEITE, 2006) afirma que “a informação científica e técnica é fundamentalmente, um bem público global, que deve estar livremente disponível para o benefício de todos”. Como resposta, instituições têm se beneficiado com a possibilidade de criar e desenvolver seus Repositórios Institucionais, com a finalidade de registrar, divulgar, ampliar a visibilidade dessa informação e servir como uma memória para toda a produção científica de ensino e pesquisa. Assim, a próxima seção abordará sobre repositórios.

2.3 Repositórios Digitais

Os repositórios digitais são apresentados como uma das vias à comunicação científica neste novo contexto, de comunicação e produção de conhecimento ampliado através da *Open Archive Initiative* (OAI). Desta forma, Weitzel (2006a, p. 59) define o repositório digital como “um arquivo digital que reúne uma coleção de documentos digitais. Os repositórios digitais que adotam o modelo OAI, isto é, que adotam o protocolo OAI-PMH (*Open Archive Initiative – Protocol for Metadata Harvesting*), compartilham os mesmos metadados, tornando seus conteúdos interoperáveis entre si. Seus metadados podem ser coletados por sistemas ‘virtuais’ globais (provedores de serviços)”.

Os repositórios digitais podem ser de diferentes tipos, derivados das finalidades que se aplicam assim, “repositórios institucionais (agrupam a produção científica de uma instituição determinada) ou temáticos (agrupam a produção de uma área específica independente da origem institucional ou até mesmo geográfica)” (WEITZEL, 2006b, p. 26).

Para fins desta pesquisa, deter-se-á no aprofundamento dos conhecimentos acerca dos Repositórios Institucionais.

2.3.1 Repositórios institucionais

O desenvolvimento das TICs trouxe consigo, segundo Gomes; Rosa (2010, p. 24) as condições tecnológicas para o desenvolvimento dos repositórios institucionais *on-line*, estes que segundo Márdero Arellano (2010, p. 18) são “arquivos digitais de produtos intelectuais de caráter acadêmico acessíveis aos usuários, interoperáveis e respaldados por alguma instituição que garante sua conservação em longo prazo”.

Criados a partir de 2002, os Repositórios Institucionais (RIs) integram o novo fluxo estabelecido para a comunicação científica que tem no acesso livre o seu fundamento.

A filosofia do acesso aberto, retomando Costa (2006), baseia-se no uso de ferramentas, estratégias e metodologias que se utilizam da Internet para se estabelecer. Neste contexto, os RIs vêm junto a filosofia, ampliar a visibilidade do conhecimento, organizar a produção das instituições de ensino e pesquisa e assegurar a guarda deste conteúdo à longo prazo.

As definições da ferramenta institucional são descritos com clareza por Crow (2002, *apud* LEITE, 2009, p. 20), como: institucionalmente definidos; científicos ou academicamente orientados; cumulativos e perpétuos (permanentes); abertos e interoperáveis; não efêmeros: conteúdos em texto completo e em formato digital pronto para serem disseminados; com foco na comunidade.

Para tanto, os RIs representam claramente a sua ligação com o novo modelo de comunicação, baseado no acesso aberto, preocupado com a comunidade científica, possibilitando o acesso aos textos completos, preocupado com a preservação e a visibilidade da pesquisa, do pesquisador e da instituição.

Os RIs, segundo Leite (2009, p. 22, grifo nosso) tem sido intensamente utilizados pelas instituições para:

melhorar a comunicação científica interna e externa da instituição; **maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição**; retroalimentar a atividade de pesquisa científica e apoiar os processos de ensino aprendizagem; **apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição**; contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros; **contribuir para o aumento do prestígio da instituição e do pesquisador**; **oferecer insumo para a avaliação e o monitoramento da produção científica**; reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição.

De tal forma, os RIs procuram atender as necessidades atuais das instituições de ensino e pesquisa, o acesso à produção científica, conduzindo maiores insumos para a pesquisa, bem como, a maximização dos impactos gerados pelo que é produzido.

2.4 Visibilidade

A visibilidade científica definida anteriormente, como “o grau de exposição e evidência de um pesquisador ante a comunidade científica” (MUELLER, 2004 *apud* ZIMBA; MUELLER, 2004), não é exclusividade para o pesquisador, mas em si, a exposição de toda a cadeia envolvida no processo científico. Desta forma, ganham visibilidade os pesquisadores, suas produções, as instituições e principalmente os países onde são produzidos estes conhecimentos.

Segundo Oliveira (2005, p. 35),

[...] a divisão da estrutura da pesquisa em *inputs* (política científica, recursos disponíveis, procedimentos metodológicos) e *outputs* (comunicação, acessibilidade e visibilidade) deixa clara a idéia de que não se pode pensar em pesquisa, sem considerar, ao mesmo tempo, as formas como seus resultados serão divulgados.

Esta divulgação facilita o acesso a insumos para novas pesquisas, ampliando a geração de novos conhecimentos. E principalmente, para Whitney (1993 *apud* ZIMBA; MUELLER, 2004, p. 51), “tratando-se de países em via de desenvolvimento, a maior visibilidade de seus autores torna possível a citação de autores desses países por autores de países centrais e isso significa inversão na direção de influências esperada no modelo centro periferia”.

As chances de esta inversão acontecer, se dão a partir da ampliação da visibilidade da produção científica em canais nacionais e internacionais, tendo uma maior exposição aos pares. Essa afirmação, junto às demais já mencionadas vem ao encontro do fundamento principal do movimento em prol do acesso aberto, maximização do acesso às informações proporciona maximização do impacto destas. Os RIs podem ser considerados como, segundo Leite (2006, p. 213)

ferramentas apropriadas para o auxílio na gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico pois ao mesmo tempo em que agilizam os processos de comunicação científica, potencializam também a condução de processos que maximizam a criação, o compartilhamento, a disseminação e o uso do conhecimento científico.

A seguir seleciona-se dos apontamentos de Leite (2009, p. 23-25), alguns benefícios oferecidos pelos RIs aos pesquisadores e as instituições, voltados principalmente à visibilidade das produções:

ao pesquisador - aumenta a disponibilidade de suas descobertas científicas, uma vez que a organização, recuperação e disseminação da produção científica é facilitada; [...] oferece aos pesquisadores indicadores do impacto que os resultados de suas pesquisas adquirem, diretamente relacionado com o mérito do trabalho e não ao periódico publicado; incentiva outros pesquisadores a disponibilizar seus trabalhos. [...] *Para as instituições* - [...] aumenta a visibilidade, reputação e prestígio da instituição; [...] provê um recurso de informação que serve como ferramenta de

marketing – isto pode atrair pesquisadores, estudantes e financiamentos de pesquisa; [...]oferece flexibilidade e possibilidade de integração com outros sistemas de gestão e disseminação da produção científica instituição. [...]

Após a análise destes benefícios, durante a discussão dos resultados são apontados os principais pontos que influenciam na visibilidade dos repositórios analisados nesta pesquisa.

4 Metodologia

Para fins de consecução do presente trabalho, a metodologia consistiu na: investigação na literatura sobre as características dos repositórios institucionais; a busca das instituições contempladas pelo edital chamada FINEP/PCAL/XBDB n°. 002/2009, analisando-se 33 instituições³, através do contato com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); coleta dos dados, no período de 08 a 22 de setembro de 2011, com um questionário estruturado (APÊNDICE A) aplicado junto aos gestores dos RIs contemplados, através de *e-mail*.

O instrumento de pesquisa aplicado é oriundo e adaptado do “*Guía para la evaluación de repositorios institucionales de investigación*”, que tem a finalidade de estabelecer um conjunto de diretrizes, baseadas em critérios internacionais já existentes, que ajudem aos repositórios a melhorar sua qualidade. O questionário foi traduzido da língua espanhola para o Português e as questões pertinentes à visibilidade dos RIs inseridas no formulário *on-line*, ferramenta do *GoogleDocs*. Fez-se contato, através de telefonemas, como forma de uma pré-notificação sobre a pesquisa, realizada no mesmo período mencionado acima e, a utilização também das redes sociais para a busca de alguns contatos que não foram possíveis através do telefone. O instrumento citado foi enviado ao *e-mail* dos gestores dos RIs contemplados pelo edital.

A análise dos dados se deu através da estatística descritiva das respostas oriundas do questionário aplicado.

Para fins de classificação desta pesquisa, podemos considerá-la de natureza básica, pois segundo Silva; Menezes (2001, p. 20) este tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista”. Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, visto que o instrumento de análise incluiu questões abertas e fechadas. Do ponto de vista dos objetivos e

³ As instituições contempladas pelo Edital chamada FINEP/PCAL/XBDB n°. 002/2009 são as seguintes: FURG; USP; UFG; UFMT; UFOP; UFPEL; UEPG; UFSC; USCS; UFV; UFAC; UFVJM; UFMA; UTFPR; UFRN; UFS; UFT; CETEC MG; INMETRO; UFPE; UFAL; UFSCAR; UFGD; INT; UFU; UNB; CTI; FSA; MPEG; UFBA; UFF; IBICT. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010).

procedimentos técnicos desta pesquisa, ela se classifica como um levantamento descritivo, pois visa descrever as características dos repositórios institucionais quanto à visibilidade, proporcionada através das iniciativas mencionadas no instrumento de pesquisa, pelo questionamento aos seus gestores.

5 Análise e discussão dos dados

A população de análise para esta pesquisa consiste das 33 instituições contempladas com o edital FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009, destas apenas 22 responderam às solicitações, considerando-se este o total de instituições analisadas. A seguir são elencadas com suas respectivas siglas e *links* de acesso ao repositório institucional para melhor compreensão de algumas citações durante o texto, através do quadro 02.

Instituição	Sigla	Link para acesso ao Repositório Institucional
Universidade Federal do Acre	UFAC	http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	http://repositorio.furg.br:8080/jspui/
Universidade Federal de Goiás	UFG	http://repositorio.bc.ufg.br/
Fundação Santo André	FSA	http://www.repositorium.fsa.br:8080/repositorio/
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	http://repositorio.int.gov.br:8080/repositorio/
Universidade Federal Fluminense	UFF	http://repositorio.uff.br/jspui/
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	http://repositorio.ufu.br/
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/jspui/
Universidade Federal de Grande Dourados	UFGD	http://www.ufgd.edu.br:8080/jspui/
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	http://riut.utfpr.edu.br/jspui/
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais	CETEC MG	http://repositorio.cetec.mg.gov.br:8080/repositorio/
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	http://repositorio.uscs.edu.br/
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	http://acervo.ufvjm.edu.br:8080/jspui/
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI	http://repositorio.cti.gov.br/repositorio/
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	INMETRO	http://repositorios.inmetro.gov.br/
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	http://ri.uepg.br:8080/riuepg
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	http://repository.bu.ufsc.br:8080/xmlui
Universidade de Brasília	UNB	http://repositorio.bce.unb.br/
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	http://repositorio.museu-goeldi.br/jspui/
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	http://www.lume.ufrgs.br/
Universidade de São Paulo	USP	Link não encontrado

Quadro 02 – Descrição das instituições participantes da pesquisa e seu respectivo *link* para acesso ao Repositório Institucional.

Fonte: Dados da pesquisa.

A fim de evidenciar fielmente à realidade dos repositórios institucionais analisados, optou-se por caracterizar seus gestores atuais. Desta forma, configura-se a análise do tempo de atuação destes profissionais nos RIs pelo gráfico 01.

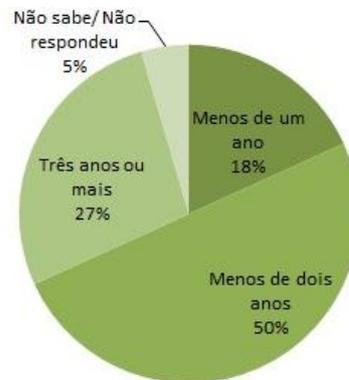


Gráfico 01 - Tempo de atuação do Gestor no RI analisado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se nos resultados que a maior parte dos gestores atua há pelo menos dois anos no RI.

Questionou-se aos gestores se estes já haviam participado de alguma capacitação sobre Repositórios Institucionais e/ ou sobre o uso do *software* DSPACE, obteve-se como resultados a afirmação de que 68% haviam participado de capacitações sobre o tema, fato que não significa que os demais 32% não estejam aptos para desenvolver as atividades, apenas não é considerada uma habilitação formal.

O gráfico 02 ilustra os resultados referentes à formação dos gestores.

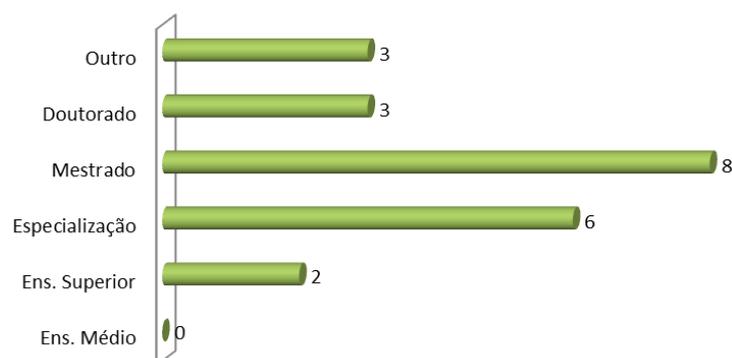


Gráfico 02 – Grau de formação dos gestores dos RI.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados (Gráfico 02), a informação “Outros” para o grau de formação foi especificada pelos gestores como: Bibliotecário doutorando; Técnico Administrativo acadêmico de Bacharelado em Sistemas de Informação; e livre docência.

O Gráfico 03 exibe os resultados referentes ao cargo que ocupam dentro da instituição.

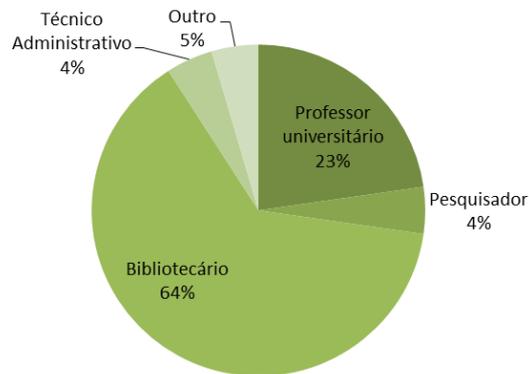


Gráfico 03 – Atuação profissional do gestor do RI dentro da instituição.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se nos resultados que a atuação na gestão dos RIs analisados, constitui-se principalmente por bibliotecários. Segundo Nunes (2011, p. 7), são estes profissionais que

[...] abrem um caminho para o estabelecimento e utilização de princípios e técnicas de organização e identificação, catalogação, classificação e indexação dos recursos informacionais. Tais competências podem acrescentar valor aos documentos eletrônicos disponíveis na rede, colocando alguma “ordem no caos” do ambiente virtual. A implantação de Repositórios Institucionais é identificada na literatura como um caminho, sendo esta uma função da alçada dos Bibliotecários. Promover e facilitar a utilização de Repositórios Institucionais pela comunidade científica e acadêmica será uma atividade apreciada e reconhecida.

Para esta análise cabe ainda a informação fornecida por um dos gestores de RIs analisados, quando comenta que *“é necessário investir na qualificação de profissionais para atuarem nos RIs”*.

O Gráfico 04, ilustra a disponibilidade do material encontrado nos RIs analisados. Inicia-se o diagnóstico dos Repositórios Institucionais em si.

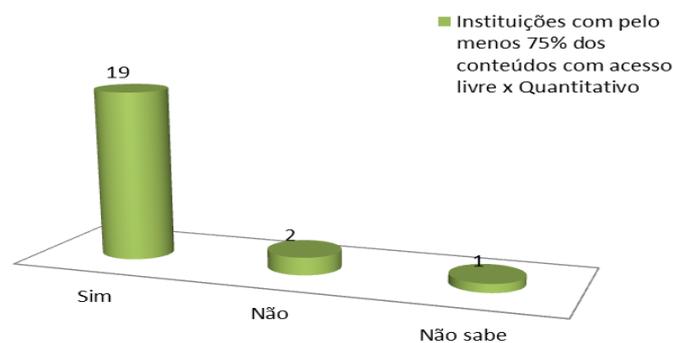


Gráfico 04 – Número de instituições com pelo menos 75% de seu acervo constituindo-se de conteúdos de acesso livre.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se com os resultados obtidos através da pesquisa que os RIs analisados estão em conformidade com o objetivo a que se propõem os repositórios institucionais quanto à disponibilidade da produção científica. De acordo com Leite (2009, p. 2), “os repositórios de acesso aberto possibilitam o acesso sem barreiras à informação científica, à comunidade científica. O seu adequado planejamento, implementação e adoção promovem o aumento da visibilidade dos resultados da pesquisa, do pesquisador e da própria instituição”. Corroborando com esta ideia, Barrueco Cruz (2010, p. 7) assegura que

El objetivo de un repositorio debe ser aumentar la visibilidad e impacto de la investigación que se realiza en una institución a través del libre acceso a dicha producción. Por lo tanto, la situación ideal sería aquella en la que el 100% de los contenidos depositados son de libre acceso. No obstante y de forma excepcional, puede contener documentos con acceso restringido o embargo temporal.

Para aumentar os números quanto a disponibilidade do material depositado nos repositórios institucionais, é necessário iniciativas que fomentem o depósito e o conhecimento a respeito dos RIs sejam tomadas, para tanto Boso (2011, p. 41) afirma que

[...] o êxito de um repositório institucional está intimamente relacionado à quantidade e à qualidade do conteúdo depositado. Para atrair conteúdo aos RIs, é relevante que principalmente os administradores tomem iniciativas, sejam proativos e criem políticas, o que despande grande esforço para obter resultados expressivos.

Nesse contexto, de incremento da quantidade de conteúdos depositados, solicitou-se aos gestores que respondessem sobre as iniciativas de promoção dos RIs dentro das próprias instituições. Sob esta análise, 77% dos gestores afirmaram promover o repositório dentro de sua instituição. No quadro 03, verificam-se as atividades de algumas instituições com resposta afirmativa.

Repositório Institucional	Iniciativas de fomento ao RI dentro da Instituição
FURG	Noticias na página da IFES; contato com Unidades educacionais.
UFG	Fazer o lançamento oficial na reunião do Conselho Universitário; divulgação na página principal da instituição; e execução do projeto de marketing.
FSA	Divulgação em salas de aula, salas dos Professores; <i>e-mail</i> institucional.
INT	Política institucional para visibilidade da produção científica em instituições governamentais.
UFGD	Estabelecimento de política de informação. Contato com os docentes com o intuito de divulgação de sua produção.
UTFPR	Apresentação do Repositório a pesquisadores e docentes da Instituição. Participação em reuniões das Pró-Reitorias no sentido de divulgar a iniciativa. O link de acesso ao Repositório está vinculado ao Sistema de Bibliotecas.
CETEC MG	Divulgação entre os pesquisadores tem sido trabalhada, o interesse dos usuários tem aumentado. Contribuindo no crescimento dos registros e do acesso da produção científica.
USCS	Reunião de divulgação com gestores de curso; Divulgação diretamente aos professores/pesquisadores/alunos/autores; Política institucional de Informação da USCS; Comprometimento da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

INMETRO	Foram realizadas reuniões em todas as diretorias do INMETRO para apresentação do Acervo Digital e foi realizado um evento de lançamento com palestras sobre divulgação científica.
UFMA	Oferece-se treinamento para os setores da Universidade que queiram criar sua comunidade no Repositório.
UEPG	Visita aos departamentos da Instituição, com o objetivo de sensibilizar os docentes.
UFSC	Apresentação do Repositório, para os Centros da Instituição, ou seja, para os professores, chefes de departamento e coordenadores de laboratórios.
UNB	Constantemente a equipe do Repositório visita as unidades acadêmicas apresentando o Repositório e incentivando o depósito por parte do corpo docente da Universidade.
MPEG	Implementação do módulo "estatística"; Inclusão de acesso ao RI-MPEG através da intranet e web.
UFRGS	Divulgação mediante apresentação do repositório em eventos realizados na Instituição (p. ex.. Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação, Fórum de Editores Científicos da UFRGS, entre outros); veiculação de matérias/notícias no Jornal da Universidade e na página principal da Universidade; e apresentação do repositório em treinamentos ministrados aos usuários.
USP	Criação do site Acesso Aberto < http://www.acessoaberto.usp.br/ >; Fórum de Discussão sobre Acesso Aberto na USP – 2010; Carta de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da Universidade de São Paulo < http://www.acessoaberto.usp.br/cartausp/ >

Quadro 03 – Iniciativas de fomento utilizadas pelos gestores para a promoção dos RIs dentro das instituições.
Fonte: Dados da pesquisa.

Outro ponto levantado junto aos gestores constituiu-se na análise do registro da Política Institucional de autoarquivamento no ROARMAP⁴, segundo Leite (2009) este registro auxilia na divulgação e sensibilização quanto ao RI. Os resultados obtidos podem ser observados através do gráfico 05.

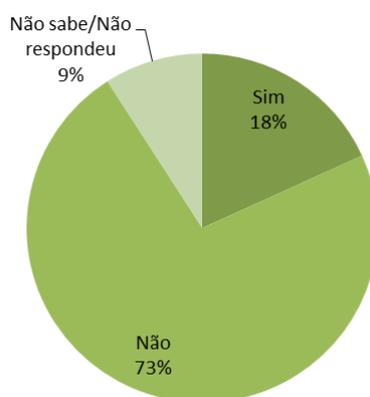


Gráfico 05 – Registro da Política Institucional de autoarquivamento no ROARMAP.
Fonte: Dados da pesquisa.

Buscando-se estes registros no ROARMAP, encontraram-se somente as políticas da FURG⁵ e UFRGS⁶. Das demais instituições que apontaram o registro não se obtiveram resposta na busca à Política institucional.

⁴ ROARMAP. Disponível em: <<http://www.roarmap.eprints.org>>. Acesso em: 28 set. 2011.

⁵ POLÍTICA Institucional de Autoarquivamento da Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em:<<http://roarmap.eprints.org/434/>>. Acesso em: 27 set. 2011.

Segundo Boso (2011, p. 84) as instituições que ainda não possuem RIs e as que não tem políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários devem

[instituí-las e disponibilizá-las], pois vale ressaltar que os repositórios necessitam inicialmente de política para garantir o seu povoamento. As políticas orientam na hora de implantar e gerenciar os repositórios institucionais.

Complementando estas informações sobre as políticas, quando do edital FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009 era necessário que a instituição “[manifestasse], formalmente, o compromisso institucional de estabelecer uma política institucional de informação (PII) visando garantir a alimentação do RI por parte de seus pesquisadores, em um prazo não superior a três meses”.

Indagou-se também aos gestores sobre a menção do RI na página inicial da instituição, como mais uma iniciativa de fomento à visibilidade do RI, o gráfico 6 ilustra os resultados.

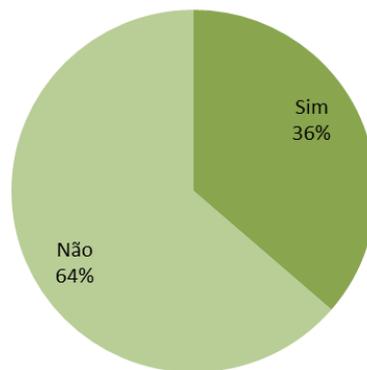


Gráfico 06 – Menção do RI na página inicial da instituição.

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que os RIs não estão sinalizados na página inicial de suas instituições, este fato acarreta menor visibilidade aos 64% dos RIs analisados, ocasionando o desconhecimento pela instituição e desinformação de seus usuários sobre a existência dele.

O gráfico 07 apresenta os resultados referentes à presença dos RIs analisados em coletores nacionais e internacionais.

⁶ POLÍTICA Institucional de Autoarquivamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/468/>>. Acesso em: 27 set. 2011.

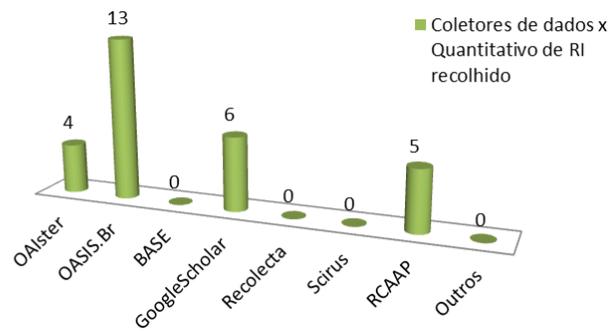


Gráfico 07 – Presença dos RIs analisados em coletores nacionais e internacionais⁷.
Fonte: Dados da pesquisa.

Para tanto Barrueco Cruz (2010, p. 15) afirma que “*El repositorio [deba estar] siendo recolectado por al menos tres de los siguientes recolectores: GoogleScholar, DRIVER, Recolecta, OAIster y Scirus.*” A esta afirmação no questionário aplicado aos gestores, foram ainda acrescentados os seguintes coletores, visto se tratar da realidade brasileira: OASIS.Br, BASE e RCAAP. Ainda, deve-se desconsiderar o DRIVER, visto que este é apenas uma diretriz para a interoperabilidade entre os Repositórios institucionais.

No gráfico 08 observa-se em quais coletores nacionais e internacionais estão registrados os RIs analisados.



Gráfico 08 – RIs distribuídos pelos coletores nacionais e internacionais⁸.
Fonte: Dados da pesquisa.

Observando-se os resultados do gráfico 08, percebe-se que somente três RIs estão sendo coletados por pelo menos três mecanismos de coleta, o que denota uma menor visibilidade dos repositórios analisados, influenciando na visibilidade/ disponibilidade da

⁷ Observa-se que, se somados os quantitativos, o resultado não será igual ao total de RIs analisados. Esta questão poderia ter mais de uma resposta válida.

⁸ Observa-se que, se somados os quantitativos, o resultado não será igual ao total de RIs analisados. Esta questão poderia ter mais de uma resposta válida.

produção científica destas instituições. Além do mais, o mecanismo de coleta com maior incidência entre aqueles que são coletados é o brasileiro OASIS.Br <<http://oasisbr.ibict.br>>, com 71% de adesão, o qual no período desta pesquisa encontra-se fora de operação em virtude de melhorias.

Ainda para potencializar a visibilidade da ferramenta, questionou-se ao gestores quanto à presença do RIs em diretórios nacionais e internacionais, obtendo-se os seguintes resultados expostos no gráfico 09.

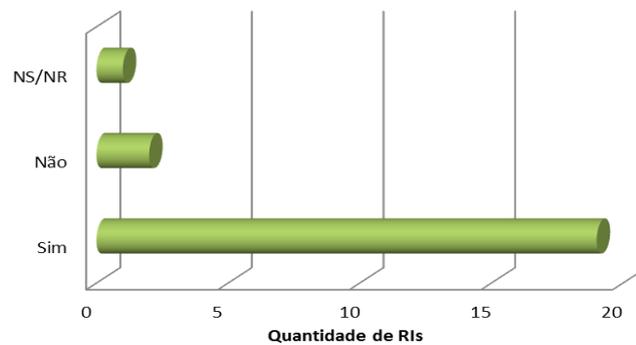


Gráfico 09 - Quantitativo de RIs presentes em diretórios nacionais e internacionais.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos através do questionamento aos gestores dos RIs analisados mostram que estes encontram-se registrados em diretórios nacionais ou internacionais. De acordo com Leite (2009, p. 95), “muitos provedores de dados, dos especializados aos multidisciplinares, utilizam estes cadastros para localizar provedores de dados de seus interesses”, desta forma “os repositórios devem ter sido registrados em pelo menos três dos seguintes diretórios: *ROAR, OpenDOAR, BuscaRepositorios, Hispana e OAI Data Providers*” (BARRUECO CRUZ, 2010, p. 15, tradução nossa). O mesmo autor, afirma ainda que para “conseguir maior visibilidade recomenda-se o registro em todos estes”. Corroborando com as ideias deste autor, Leite (2009, p. 95) recomenda ainda estes diretórios: The open Archives Initiative e The open Citation Project.

A partir destas contribuições sobre a presença dos RIs em diretórios nacionais e internacionais, têm-se a seguinte projeção para os resultados, ilustrados no gráfico 10.

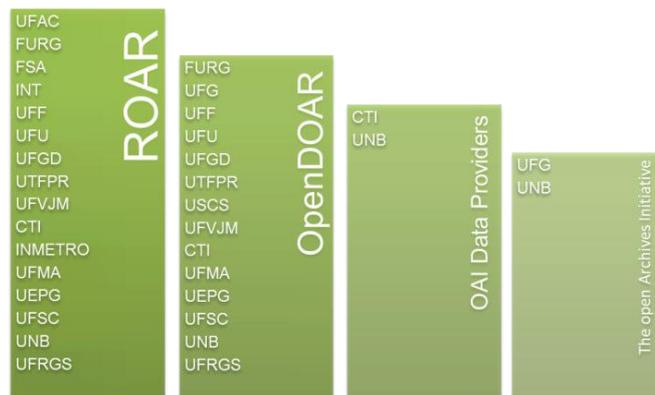


Gráfico 10 – Distribuição dos RIs de acordo com o registro nos diretórios especificados.
Fonte: Dados da pesquisa.

Nos resultados do gráfico 10, nota-se que somente um RI está presente em pelo menos três diretórios, a UNB, acarretando aos repositórios analisados uma menor evidência e exposição de seus dados à outros provedores de dados. Com efeito, este deve-se o fato de que UNB junto com outras quatro instituições (UFSC, UFBA, UFPE, UFRGS) receberam ainda no início do ano de 2009 o kit tecnológico para a implantação de seus respectivos repositórios institucionais, atuando como projetos piloto no país. Sendo a UNB junto ao IBICT os promotores do projeto (KURAMOTO, 2009).

Averiguando-se sobre os RIs, perguntou-se ainda se nestes registros o RI apresentava um nome normalizado, por exemplo, Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande. Assim, o gráfico 11 ilustra os resultados.

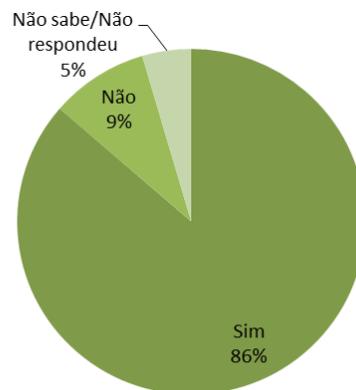


Gráfico 11 – Existência de um nome normalizado para o registro do RI.
Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Barrueco Cruz (2010, p. 15, tradução nossa), “o repositório deve ser registrado sempre com a mesma forma para o nome. Valoriza-se que o repositório tenha um nome que o identifique inequivocadamente”. Assim, de acordo com os resultados, percebe-se

uma considerável adesão à um único registro para o nome dos RIs, contribuindo para a visibilidade da ferramenta.

O gráfico 12, ilustra a existência de *URLs* amigáveis para os RIs.

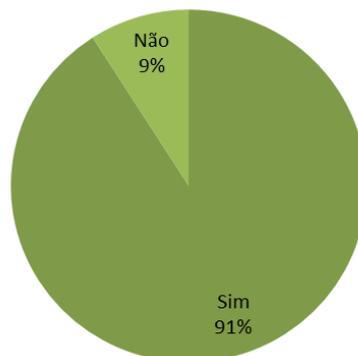


Gráfico 12 – Existência de uma *URL* amigável para o RI.
Fonte: Dados da pesquisa.

Para contribuir com esta análise, pode-se verificar também esta informação a partir do Quadro 02, onde são elencados os *links* para acesso aos RIs. Aqueles que afirmaram não ter a *URL* amigável, UFAC e USP, apresentam a seguinte observação: o primeiro apresenta pelo menos a informação “*repositórios*”. O segundo acredita-se que o RI não tenha sido implantado, não sendo nenhuma informação fornecida pelo gestor, o *link* para acesso ao RI não foi encontrado. A análise do quadro 02 permite que se observe que apenas o *link* do Repositório da UFGD não apresenta nenhuma informação na *URL* sobre o repositório <<http://www.ufgd.edu.br:8080/jspui/>>, porém indica o endereço do servidor web. Em todos os demais RIs apresentam-se o que é valorizado para a visibilidade de um repositório institucional. Conforme Barrueco Cruz (2010, p. 16, tradução nossa), este define o que “se entende por *URL* amigável aquela que é composta unicamente pelo endereço do servidor *web*. Valoriza-se que neste endereço apareça o nome do repositório”.

A seguir faz-se as considerações finais a respeito da visibilidade dos RIs analisados.

6 Considerações finais

Os Repositórios Institucionais foram apontados pelo movimento de acesso livre à informação científica, como a ferramenta em meio *on-line* capaz de disseminar e dar visibilidade à produção científica das instituições públicas de ensino e pesquisa, através da disponibilização de insumos para novas pesquisas científicas.

A análise dos dados apresentados permite concluir que os Repositórios Institucionais participantes desta pesquisa não estão em total conformidade com os principais critérios

voltados à visibilidade da ferramenta, dentre eles: a menção do RI na página inicial da instituição; registro do RI em diretórios e coletores de dados nacionais e internacionais; registro da política de informação no ROARMAP; a existência de um nome normalizado para o registro do RI; a existência de uma *URL* amigável; a existência de iniciativas para fomentar o RI dentro da própria instituição e; pelo menos 75% dos conteúdos do RI de acesso aberto.

As informações analisadas forneceram um panorama da ferramenta por aqueles que foram os primeiros a utilizar os RIs no país. Alguns aspectos são apontados como positivos frente à evidência e exposição do mecanismo de divulgação da produção científica, referendado pelo movimento em prol do acesso aberto. Diante desses aspectos, pode-se afirmar que os RIs estão auxiliando no cumprimento da meta inicial da ferramenta, disseminar o conhecimento científico de acesso aberto, a maior parte da produção já armazenada é de pelo menos 75% de documentos *Open Access*. Outro ponto positivo dos RIs analisados é a divulgação dentro da própria instituição. Os gestores estão atuando na promoção de palestras, treinamentos e projetos de *marketing* para a exposição da filosofia de acesso aberto e dos repositórios institucionais. Todavia, na página inicial de suas instituições não é consenso da maioria a presença do *link* para o repositório, o endereço que liga o repositório é considerado pela maioria como uma *URL* amigável. Além do mais os RIs apresentam nomes normalizados em registros externos à instituição, em diretórios e provedores de dados nacionais e internacionais.

Quanto aos registros nestes diretórios e coletores de dados, a realidade não é a mais satisfatória, os RIs não apresentam registros em número suficiente conforme a literatura aponta. No caso dos provedores de metadados, somente três instituições estão sendo recolhidas por pelo menos três coletores, sendo que a maioria está registrado no Portal Oásis.Br, que conforme mencionado está fora de atuação para adaptações em sua estrutura. Este fato incide diretamente na visibilidade da produção científica brasileira.

Outro fator é a presença de somente um repositório em pelo menos três diretórios, condição esta que desfavorece a visibilidade do repositório, visto que os provedores de dados de áreas específicas ou multidisciplinares, normalmente recorrem a estes mecanismos a fim da retroalimentação dos dados, não encontrando os dados dos RIs analisados.

Crê-se por fim que a questão chave aos RIs brasileiros seja a falta de Políticas Institucionais de Informação, estas que norteiam e auxiliam na gestão da ferramenta, na tomada de decisões e no fomento à quantidade e a qualidade dos depósitos nos RIs. Estas políticas que tornam os RIs viáveis e sustentáveis à longo prazo, não estão sendo postas em prática e/ou tampouco instituídas, em desconformidade com um dos itens presentes no edital

de disponibilização do kit para implantação dos respectivos RIs. Somente duas instituições, FURG e UFRGS fizeram seu registro no ROARMAP, outras duas apontaram ter instituída sua Política de informação. Em uma das instituições, o gestor do RI aponta a importância da política de informação, porém por problemas de compreensão da ferramenta e dos resultados alcançados com ela, a política não foi instituída ainda pelo gestor da instituição.

Contudo, o que se percebe é que a maioria dos RIs analisados estão em processo de implantação, outros, pelo menos cinco instituições que receberam o kit, não implantaram seus RIs, denotando desconhecimento sobre a ferramenta, sobre suas vantagens e os benefícios por ela empreendidos. Além destes fatos, soma-se a não adesão ao movimento pelo acesso aberto da produção científica brasileira, por parte destas instituições. Todavia, o que já se intui é que são os profissionais bibliotecários aqueles capazes de acompanhar o desenvolvimento da ferramenta, cabendo a estes desenvolver as aptidões necessárias ao gerenciamento dos repositórios digitais, temáticos e neste caso de avaliação, os repositórios institucionais.

Institutional Repositories: characteristics through visibility

Abstract

This paper identifies the characteristics of Institutional Repositories (IRs), covered by the edict called FINEP / PCAL / XBDB no. 002/2009, through visibility given to the tool by their managers, dental and outside the institution, specifically. The scientific method used in this study was the application of an online questionnaire to the managers of IRs, examining various aspects about the visibility of the system. As for ratings, research is a basic nature. As to the approach to the problem is a quantitative and qualitative research, considering the point of view of the objectives and technical procedures it is descriptive survey. From the results, it was found that the analyzed IRs are walking towards visibility. However, the factors that influence the evidence and exposure tool, the registration in directories and data collectors are not effective. The absence or lack of implementation of information policies in institutions is cited as a major factor for the invisibility of the tool.

Keywords: Scientific Communication. Open Access. Institutional Repositories. Visibility scientific.

Referências

BARRUECO CRUZ, José Manuel (Org.). **Guía para la evaluación de repositorios institucionales de investigación**. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/5OQCJ>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. 2003. Disponível em: <<http://migre.me/5OQtp>>. Acesso em: 29 set. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei no. 1120, de 2007. **Projetos de lei e outras proposições**: Brasília, 2007. Disponível em: < <http://migre.me/5OQu7>>. Acesso em: 29 set. 2011.

BRASIL. Senado. Projeto de Lei do Senado, No. 387 de 2011. **Portal Atividade Legislativa**: Brasília, 2011. Disponível em: < <http://migre.me/5OQtL>>. Acesso em: 01 out. 2011.

BOSO, Augiza Karla. **Repositórios de Instituições Federais de Ensino Superior e suas políticas**: análise sob o aspecto das fontes informacionais. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/5OQBh>>. Acesso em: 20 set. 2011.

BUDAPEST Open Access Initiative. 2002. Disponível em: < <http://migre.me/5OQrb> >. Acesso em: 29 set. 2011.

CARTA aberta à SBPC. 2006. Disponível em: < <http://migre.me/5OQvk>>. Acesso em: 29 set. 2011.

CARTA de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/5OQuW> >. Acesso em: 29 set. 2005.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agência de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

_____; LEITE, Fernando César de Lima. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidade. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UNB, 2006. Disponível em: < <http://migre.me/5OQwL>>. Acesso em: 29 set. 2011.

DECLARAÇÃO de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades. 2003. Disponível em: <<http://migre.me/5OQtc>>. Acesso em: 29 set. 2011.

DECLARAÇÃO de Florianópolis. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/5OQut> >. Acesso em: 29 set. 2011.

DECLARAÇÃO de Salvador sobre o Acesso Aberto. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/5OQs8428> >. Acesso em: 29 set. 2011.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. **Periódico científico**: Padronização e organização. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 186 p.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Orgs.). **Repositórios Institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador/BA: EdUFBA, 2010.

HARNAD, Stevan et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. 2001. Disponível em: < <http://migre.me/5OQpI> >. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. Free at Last: The Future of Peer-Reviewed Journals. **D-Lib Magazine**, v. 5, n. 12, dez. 1999. Disponível em: < <http://migre.me/5OQrO> > Acesso em: 07 maio 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009**. 2009. Disponível em: <<http://twixar.com/92NE9QA5GO>>. Acesso em: 01 out. 2011.

_____. **Resultado do edital FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009**. 2009. Disponível em: < <http://www.ibict.br/noticia.php?id=643>>. Acesso em: 01 out. 2011.

_____. **Repositórios brasileiros de acesso aberto serão lançados amanhã**. 2010. Disponível em: < <http://migre.me/68K5a> >. Acesso em: 12 nov. 2011.

KURAMOTO, H.. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 35, ago. 2006.

_____. **Projeto Piloto de Repositórios Institucionais**. 2009. Disponível em: < <http://migre.me/5OQzU>>. Acesso em: 28 set. 2011.

_____. Réplica - Acesso Livre: Caminho para Maximizar a Visibilidade da Pesquisa. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, jul./set. 2008.

LEITE, F.C.L. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um novo modelo conceitual**. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009.

MANIFESTO Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/5OQsK> >. Acesso em: 29 set. 2011.

MARDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Repositórios, Acesso livre, Preservação digital: Questões para hoje e amanhã. **Enc. Bibli.**, Florianópolis, v.15, n. 29, 2010. Disponível em: < <http://migre.me/5OQqj>> . Acesso em: 29 set. 2011.

MEADOWS, A. J. **A Comunicação Científica**. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 1999.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 76-86, jan./jun. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/5OQqQ> >. Acesso em: 17 abr. 2011.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NUNES, Renato Reis. A Importância do Bibliotecário na Participação do Movimento de Acesso Livre à Literatura Técnico-Científica: o caso dos repositórios institucionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA

DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. Anais eletrônicos... Maceió: CBBB, 2011. Disponível em: < <http://migre.me/5OQzq>>. Acesso em: 30 set. 2011.

OLIVEIRA, E.B. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 34-42, maio/ago. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/5OY1Y>>. Acesso em: 01 out. 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3 ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SILVA, Lucia Helena Goulart da. **As políticas dos Repositórios Institucionais: conteúdo, acesso, preservação, metadados e submissão/autoarquivamento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006a. Disponível em: < <http://migre.me/5OQvG>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006b.

ZIMBA, H.F; MUELLER, S.P.M. Colaboração internacional e visibilidade científica de países em desenvolvimento: o caso da pesquisa na área de medicina veterinária em Moçambique. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 45-68, jan./jun. 2004. Disponível em: < <http://migre.me/5OY0X>>. Acesso em: 02 out. 2011.

APÊNDICE A - Repositórios institucionais: características através da visibilidade

Prezado(a) gestor(a), com o objetivo de caracterizar os Repositórios Institucionais contemplados pelo edital FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009 através da visibilidade destes, solicito seu apoio para responder as questões que seguem. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso, sob o título “Repositórios institucionais: características através da visibilidade”.

Obrigada pela atenção,

Atenciosamente
Elisângela Mota Pires

1. Identificação da instituição contemplada pelo Edital FINEP/PCAL/XBDB nº. 002/2009

1.1 Instituição onde atua?

2. Sobre o gestor

2.1 Sua formação:

- Ens. Médio
- Ens. Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro. _____

2.2 Sua profissão:

- Professor Universitário
- Pesquisador
- Bibliotecário
- Técnico Administrativo
- Outro. _____

2.3 Você já participou de alguma capacitação sobre Repositórios institucionais e/ou sobre o uso do software DSPACE?

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

2.4 Tempo em que atua no Repositório Institucional?

- Menos de um ano
- Menos de dois anos
- Três anos ou mais
- Não sabe/ Não respondeu

3. Visibilidade

3.1 Menção do Repositório na página inicial da instituição.

Existe um link na página inicial da instituição sobre o repositório institucional.

- Sim

- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.2 Presença em diretórios nacionais e internacionais.

O repositório foi registrado em algum diretório, como por exemplo, ROAR, OpenDOAR.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.3 Caso sua resposta anterior tenha sido positiva, selecione abaixo onde o repositório foi registrado.

Pode marcar mais de uma opção.

- ROAR
- OpenDOAR
- BuscaRepositorios Hispana
- OAI Data Providers
- The Open Archives Initiative
- The Open Citation Project
- Outro. _____

3.4 Presença nos coletores nacionais e internacionais.

O repositório está sendo recolhido por algum coletor de dados, como por exemplo, GoogleScholar, DRIVER, Recolecta, OAIster, entre outros.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.5 Caso sua resposta anterior tenha sido positiva, selecione abaixo onde o repositório está sendo recolhido.

Pode marcar mais de uma opção.

- OAIster
- OASIS.Br
- BASE
- GoogleScholar
- DRIVER
- Recolecta
- Scirus
- RCAAP
- Outros. _____

3.6 Há o registro da política institucional de autoarquivamento no ROARMAP.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.7 Existe um nome normalizado em todos os registros.

O repositório foi registrado em todos eles com o mesmo nome. Valoriza-se que o repositório tenha um nome próprio que o identifique inequivocamente.

- Sim

- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.8 Existência de uma URL amigável.

Se entende por URL amigável aquele que é composta pelo endereço do servidor web. É interessante que este endereço apresente o nome do repositório.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.9 Existência de iniciativas para fomentar a visibilidade do repositório dentro da própria instituição.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.10 Caso sua resposta anterior tenha sido positiva, especifique as atividades desenvolvidas para fomentar a visibilidade do repositório na instituição.

3.11 Pelo menos 75% dos conteúdos de pesquisa que se encontram no repositório são de acesso aberto?

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não respondeu

3.12 Gostaria de acrescentar mais alguma informação?
